



Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz

Estado do Paraná

LEI Nº 1.832/2010

Súmula: Define obrigação de pequeno valor atendendo ao disposto nos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 62/2009 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ, ESTADO DO PARANÁ, usando de suas atribuições legais, que lhe são conferidas em Lei, FAZ SABER que:

A Câmara Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, aprovou e eu: Arquimedes Gasparotto, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

L
E
I

Art. 1º. Ficam definidas como **Obrigações de Pequeno Valor – OPV** - as fixadas nesta lei para o pagamento direto, sem precatório, pela Fazenda Pública Municipal.

§ 1º A obrigação de pequeno valor corresponderá ao maior benefício do Regime Geral de Previdência Social, conforme previsão do art. 100, § 4º da CF/88.

§ 2º Os valores serão corrigidos em 20/01 de cada ano, pelo índice IPCA.

§ 3º É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida nesta Lei e, em parte, mediante expedição de precatório.

§ 4º É vedada à expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago na forma prevista nesta Lei.



Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz

Estado do Paraná

Art. 2º. Os débitos de pequeno valor contra a Fazenda Pública Municipal, suas autarquias e fundações, resultantes de execuções definitivas dispensarão a expedição de precatório.

Art. 3º. O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do ofício requisitório (requisição de pequeno valor) devendo ser demonstrado o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

Art. 4º. Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no artigo 1º o pagamento será sempre por meio de precatório, sendo facultado ao credor renunciar expressamente ao crédito excedente e optar pelo pagamento do saldo, sem precatório, mediante requisição de pequeno valor, na forma prevista no § 3º, do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 5º. Será disponibilizada pelo Executivo Municipal a previsão orçamentária para pagamentos das OPVs que se fizerem a partir do próximo exercício financeiro de 2011.

Art. 6º. Para cumprimento do disposto na presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e revogadas as disposições em contrário.

Barbosa Ferraz, 01 de junho de 2010.


ARQUIMEDES GASPÁROTTO
Prefeito Municipal

